

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

**Luciano Aronne de Abreu**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

### **“João Goulart: uma biografia”: reflexões sobre a obra de Jorge Ferreira**

O que restou da imagem de João Belchior Marques Goulart, de 1964 até os dias atuais, não passou de “memória, esquecimento e silêncio”, dada a dificuldade de se lidar com as ambiguidades humanas, como a de se admitir, por exemplo, “que um empresário rural pode, sim, ser também o político que prega, com sinceridade, a reforma agrária”.<sup>1</sup> Com esta afirmação, que se refere ao título de um clássico estudo de Michel Pollack, Jorge Ferreira conclui sua excelente biografia de João Goulart, que restituiu a esse personagem o que, até então, as memórias a seu respeito lhe haviam sonogado: sua história.

De um modo geral, como já havia sido demonstrado por Marieta de Moraes Ferreira, em estudo justamente intitulado “João Goulart: entre a memória e a história”, as visões elaboradas a seu respeito foram predominantemente negativas, seja entre as chamadas forças conservadoras ou entre os diferentes segmentos de ‘esquerda’, conforme definidos pela autora. Para os primeiros, de forma contraditória, Jango era apresentado ora como um líder comunista, que pretendia implantar no país uma república sindicalista, ora como um político demagogo que, por ser estancieiro, não estaria de fato comprometido com as reformas do país; em outras ocasiões, de forma não menos contraditória, Jango era definido como um caudilho autoritário, ou, então, como um presidente fraco, incompetente e despreparado para o exercício de suas funções. Entre os segundos, ainda que

---

<sup>1</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 690.

alguns representantes dos chamados segmentos de ‘esquerda’ reconheçam suas qualidades de negociador e conciliador, predomina a ideia de que Jango teria sido o maior responsável pela derrota diante dos militares, dada sua incapacidade de agregar e neutralizar os grupos mais radicais e de bem avaliar a conjuntura política do país. A esse respeito, em sua avaliação, Marieta de Moraes Ferreira diz que

o silêncio sobre a trajetória de Jango ao lado de Getúlio e sobre seu aprendizado junto às principais lideranças políticas do país, quer como presidente do PTB quer como Ministro, nos acordos políticos sindicais e partidários, nas campanhas eleitorais e no exercício da vice-presidência, desconsidera uma experiência política de mais de 10 anos, como testemunha e ator dos principais eventos da história do país.<sup>2</sup>

Em outras palavras, pode-se dizer que, embora a memória faça parte da história, esta não pode ficar restrita àquela e, portanto, faltava ainda aos historiadores avançarem mais decididamente do plano da memória para a história de João Goulart, de suas relações e atuação política em um dos mais importantes e conturbados períodos históricos do Brasil contemporâneo. E esta foi, sem dúvida, a grande contribuição da extensa e muito bem fundamentada obra de Jorge Ferreira sobre Jango, cujo avanço em direção à história pode ser claramente percebido, por exemplo, pela constante preocupação do autor em fundamentar suas afirmações em variadas fontes documentais, desde arquivos pessoais e jornais de diferentes regiões do país, passando por fotografias e incluindo ainda depoimentos de pessoas que estiveram, direta ou indiretamente, envolvidas com os acontecimentos narrados. Ao contrário, portanto, de negar a memória existente sobre Jango, seja ela positiva ou negativa, Ferreira a incorporou à sua história desse personagem, como complemento ou contraponto às visões expressas por suas outras fontes. Outro passo decisivo em direção à história se deu por sua rigorosa crítica das fontes, em conformidade com os atuais debates teóricos e metodológicos do campo historiográfico. São exemplares, nesse sentido, suas discussões a respeito do próprio gênero biográfico, da narrativa histórica, das relações entre indivíduo e sociedade e da própria historiografia existente sobre Goulart e sua época. Em síntese, ainda que a neutralidade seja inacessível ao historiador, pode-se dizer que a variedade de fontes e o rigor do método permitiram a Jorge Ferreira manter um maior distanciamento em relação ao seu objeto e, ao contrário das obras até então existentes sobre João Goulart, construir este

---

<sup>2</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 24.

personagem em sua própria historicidade e complexidade, desde sua infância no Rio Grande do Sul até a morte no exílio.

Nesse sentido, como já referido, deve-se ressaltar que não se trata de uma biografia tradicional, destinada a exaltar ou a denegrir a imagem de um indivíduo descolado de seu contexto, mas de um estudo que dialoga constantemente com as mais recentes concepções teóricas e metodológicas do campo historiográfico. Dessa forma, a trajetória política de João Goulart é analisada como parte do que o autor identificou como “geração da década de 50”, que partilhou ideias, crenças e representações, e “acreditou no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas econômicas, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas (...)”.<sup>3</sup> Assim, lembrando que a oposição entre indivíduo e sociedade é uma falsa questão, Jorge Ferreira diz que “a trajetória política de João Goulart exemplifica, para o historiador, a possibilidade de caminhar entre o individual e o coletivo com o objetivo de compreender as crenças, os anseios e as perspectivas das sociedades no passado”.<sup>4</sup>

Nesses termos, Jorge Ferreira se propôs a compreender não apenas a experiência política de mais de 10 anos de Jango, conforme sugerido por Marieta de Moraes Ferreira, mas um período de tempo que vai além da própria vida do seu personagem, iniciando seu primeiro capítulo com referências ao quadro político gaúcho da Primeira República e concluindo sua história com reflexões e especulações sobre a morte e a memória recente de Jango.

Tal obra, com mais de 700 páginas, foi dividida em 13 capítulos, antecedidos de uma introdução e sucedidos pelas Palavras Finais do autor, por uma extensa lista de fontes e referências bibliográficas e por um índice onomástico. Na introdução, além da sua clara definição teórico-metodológica e da indicação das diferentes tipologias de fontes utilizadas na pesquisa, destaca-se também a ampla revisão e crítica da historiografia já produzida sobre Jango, com a qual, como já referido, Jorge Ferreira irá sempre dialogar daí por diante. Os capítulos 1 e 2 se referem ainda à etapa de vida de Jango no Rio Grande do Sul. O primeiro, no contexto da Primeira República, destaca aspectos da sua formação pessoal, sua amizade com Manoel Antônio Vargas, o Maneco, seu gosto pela vida do campo e sua habilidade para os negócios, além das relações políticas de seu pai, Vicente Goulart. Já o segundo, durante o período de “exílio” de Getúlio Vargas em São

<sup>3</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 15.

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*, p. 16.

Borja, destaca o que seria o início da formação política de Jango, como “aprendiz de feiticeiro” e principal articulador da candidatura de Vargas à Presidência da República. Os capítulos 3 e 4, relativos ao segundo período presidencial de Getúlio Vargas, destacam a atuação de Jango como Ministro do Trabalho, sua aproximação com o movimento sindical e sua projeção como principal líder da nova geração trabalhista, bem como apresentam uma ótima síntese da crise que levou ao suicídio de Vargas, das resistências à candidatura de Juscelino Kubitschek e da aproximação de setores militares ao trabalhismo, tendo Goulart à frente. Nos capítulos seguintes, 5 e 6, Jorge Ferreira narra com precisão a atuação de Jango como vice-presidente de Kubitschek e de Jânio Quadros, sua atuação como mediador entre o governo e os sindicatos, as divisões internas e disputas pela liderança do PTB, a renúncia de Jânio Quadros e a Campanha da Legalidade, que garantiria sua posse como Presidente da República. A seguir, os capítulos de 7 a 10 se referem ao período governamental de João Goulart como Presidente da República, desde sua posse num regime parlamentar até sua queda por um golpe militar. Além de uma ampla descrição do panorama social e cultural da época, destacam-se também nestes capítulos uma minuciosa análise do debate político e de sua crescente radicalização, os diferentes projetos de reformas então existentes, a posição mediadora de Jango e a posterior radicalização do seu discurso, culminando com sua deposição pelas forças civis e militares conservadoras. Por fim, os capítulos de 11 a 13 se referem ao exílio de João Goulart, primeiro no Uruguai e depois na Argentina. Nestes, destacam-se suas referências ao drama pessoal e familiar de Jango, seus lucrativos negócios e muitos contatos políticos, sempre com a esperança de retornar ao Brasil, até sua morte, em dezembro de 1976.

Dessa história, ainda que o autor se preocupe sempre em apontar não exatamente as incoerências, mas as ambiguidades do seu biografado, que diz serem inerentes a qualquer ser humano, pode-se perceber na obra de Jorge Ferreira a emergência de uma visão mais positiva que negativa de João Goulart, ao contrário das memórias já referidas a seu respeito. Em alguns momentos, já que “ao historiador foi negada a neutralidade”<sup>5</sup>, pode-se até mesmo perceber certo encantamento do autor por seu personagem, sem, no entanto, comprometer a objetividade de sua análise e a grande relevância de seu estudo para a historiografia. De forma literária, por exemplo, o autor inicialmente descreve a beleza da paisagem da região de São Borja e diz que seus moradores, “como é de praxe no Rio Grande

---

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*, p. 18.

do Sul, são simpáticos e acolhedores, mas também observadores e argutos em seus julgamentos, sabendo impor distância quando a julgam necessária”.<sup>6</sup> Ora, ainda que isso não seja dito explicitamente pelo autor, pode-se supor, pelo conjunto de sua obra, que essas mesmas características idealizadas do gaúcho seriam também extensíveis a João Goulart.

Em outros momentos, pode-se perceber algumas pequenas imprecisões factuais na extensa narrativa de Jorge Ferreira, o que mais uma vez em nada compromete a clareza e a relevância de sua análise histórica, de longa duração, da trajetória política de Goulart. Ao se referir, por exemplo, à origem do PTB do Rio Grande do Sul, o autor diz que este foi fundado “exclusivamente por ativistas sindicais, na maioria presidentes de sindicatos, institucionalizando partidariamente o trabalhismo”<sup>7</sup>; algumas páginas adiante, entretanto, cita o clássico estudo de Miguel Bodea sobre essa temática, para quem esse partido teria se constituído no Estado a partir de três vertentes principais: a sindicalista, a doutrinário-pasqualinista e a pragmático-getulista.<sup>8</sup> Nesse mesmo sentido, outro exemplo seria sua afirmação de que o então governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, logo após o golpe militar de 1964, teria se refugiado na cidade de Santa Maria para se proteger de uma possível reação trabalhista que então se articulava em Porto Alegre.<sup>9</sup> Na verdade, tendo sido Santa Maria uma importante base de apoio militar à causa da Legalidade, em 1961, a cidade escolhida para o refúgio do governador foi Passo Fundo.

Dito isso, pode-se afirmar que Jorge Ferreira nos apresenta em sua história um João Goulart essencialmente nacionalista e democrático, com grande capacidade de articulação e negociação políticas, se constituindo então no principal herdeiro e renovador do trabalhismo varguista. Mas, como já referimos, João Goulart nos é apresentado a partir das ambiguidades próprias de sua personalidade e de sua época, e não de supostas coerências ou contradições observadas ao longo de sua vida.

Em seu nacionalismo, Jango defendeu não apenas a adoção de amplas reformas sociais no Brasil, como a ampliação dos direitos trabalhistas e a reforma agrária, mas também o controle do capital estrangeiro, a ampliação dos mercados externos do país e sua maior aproximação com as demais nações da América Latina, dando seguimento à política externa independente de Jânio Quadros. A

<sup>6</sup> Idem, *Ibidem*, p. 25.

<sup>7</sup> Idem, *Ibidem*, p. 54.

<sup>8</sup> Idem, *Ibidem*, p. 57.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, p. 505.

partir de fins dos anos 50, na ótica de Jango e do PTB, pode-se dizer que as mudanças sociais acima citadas (e outras) só ocorreriam quando o Brasil alcançasse sua verdadeira autonomia e liberdade econômica. De um lado, tais concepções e práticas políticas a elas relacionadas permitiram a Jango se aproximar de diferentes movimentos sociais e sindicais, da ala nacionalista das Forças Armadas e se impor como a principal liderança do trabalhismo pós-Vargas. De outro lado, contudo, estas mesmas questões acirraram as oposições liberais (nacionais e internacionais) ao seu governo, taxado de comunista por sua proximidade com os sindicatos e por seu não alinhamento automático, em tempos de Guerra Fria, com os Estados Unidos. De igual forma, portanto, essas mesmas questões se constituíram na “força” e na “fraqueza” do governo de Jango, tanto garantindo sua posse na Presidência e se constituindo em sua principal base de apoio político, quanto o levando à queda e ao exílio, em 1964.

Já o seu caráter democrático se manifestaria não apenas pelas reiteradas recusas de Jango às tentações golpistas, mas também por suas habilidades de articulador e negociador político. Segundo Jorge Ferreira, em pelo menos duas ocasiões Jango teria claramente se recusado a implantar no país um regime autoritário: a primeira, contrariando sugestão do general Amauri Krueel, que, logo após a Campanha da Legalidade, desejava fechar o Congresso Nacional, restituir os poderes presidenciais de Goulart e decretar as reformas de base<sup>10</sup>; a segunda, desarticulando trama liderada por Brizola e pelos generais Jair Dantas Ribeiro e Osvino Ferreira Alves, meses antes do plebiscito sobre o parlamentarismo que seria marcado para o dia 6 de janeiro de 1963.<sup>11</sup>

Por sua vez, também as habilidades de articulação e negociação política de Jango podem ser apontadas, ao mesmo tempo, como uma espécie de “força” e “fraqueza” de seu governo, fatores importantes para se compreender sua ascensão e queda política no Brasil de meados do século passado. De um lado, Jorge Ferreira destaca o papel central desempenhado por Goulart na articulação da candidatura de Vargas à Presidência da República, em 1951, na liderança do PTB ao longo daquela década, nas negociações com os sindicatos como Ministro do Trabalho, como vice-presidente de JK e mesmo durante seu próprio mandato presidencial, nas tentativas de seu governo de conciliar os interesses de PTB, PSD e UDN e evitar a crescente radicalização política do país e, durante seu exílio, nos contatos que manteve com líderes políticos de diferentes tendências,

<sup>10</sup> Idem, *Ibidem*, p. 268-269.

<sup>11</sup> Idem, *Ibidem*, p. 308-309.

admitindo até mesmo aproximar-se de JK e de seu maior opositor, Carlos Lacerda, para formar a chamada Frente Ampla (1967), em defesa da democracia no Brasil. De outro lado, porém, suas práticas de conciliação e negociação com outros partidos e de aproximação com os sindicatos deram origem a disputas entre os próprios trabalhistas, culminando na dissidência de Fernando Ferrari e na divisão interna do PTB entre os grupos de João Goulart e de Leonel Brizola, sendo este último adepto não de uma política de conciliação, mas de confronto com as oposições.

Tais disputas talvez nos ofereçam o exemplo mais nítido das ambiguidades a que se refere Jorge Ferreira, próprias de Jango e de sua época: a ala brizolista do trabalhismo, ao radicalizar seus discursos e ações, deu à política de conciliação do governo um sentido negativo, sinônimo de fraqueza e indecisão do Presidente, imagem que mais tarde se perpetuaria nas memórias a respeito de Goulart; ao mesmo tempo, forneceu também às oposições argumentos para acusar este mesmo governo por seu suposto radicalismo comunista e golpista. De igual forma, a insistência de Jango em preservar sua política de conciliação e manter-se fiel aos seus aliados de esquerda levou seu governo a perder apoio de ambos os lados, restando-lhe como alternativa final justamente a radicalização que levaria à sua queda e, ao mesmo tempo, reforçaria sua paradoxal imagem de homem fraco, indeciso e comunista.

Ao contrário das simplificações da memória, portanto, Jorge Ferreira nos apresenta em sua obra um João Goulart histórico, inserido em seu contexto pessoal, social, cultural, político e econômico, analisado em todas as suas complexidades e ambiguidades. Não exatamente fraco ou forte, indeciso ou conciliador, populista ou comunista. Talvez um pouco disso tudo, mas, sobretudo, um homem do seu tempo, cuja compreensão nos ajuda também a compreender um longo e importante período de nossa história recente. Enfim, mais do que desvendar fontes ou fatos nunca antes imaginados pelos historiadores, talvez a principal contribuição desta importante obra de Ferreira seja exatamente sua análise crítica e rigorosa de um conjunto amplo e variado de fontes, que nos permitiram conhecer o personagem João Goulart a partir das ambiguidades e complexidades próprias de sua personalidade e de sua época.

## Referências bibliográficas

- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular (1945-64)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- TENDLER, Sílvio. *Jango: como, quando e porque se depõe um presidente*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil*. São Paulo: Globo, 2003.

Recebido: 03/10/2011 – Aprovado: 02/12/2011